

Caminho de tropeiros era a ligação para São Paulo

MARIANO, Julio. Caminho de tropeiros era a ligação para São Paulo. Correio Popular, Campinas, 14 jul. 1974.

Nos remotos anos de 1850 e tantos, não era bem estrada que ligava Campinas a São Paulo, e sim um caminho de tropeiros, quase picada. E a saída da cidade rumo a Jundiá e a capital da Província era pela Rua da Matriz Nova, que posteriormente seria denominada Regente Feijó.

Na época, os transportes de mercadoria, mormente açúcar, café em grão e cereais, de Campinas a Santos, e de toda viagem com os diferentes artigos de importação, incluso o sal, se procediam em jacás, pendurados em lombos de mula. Os animais de carga, os tradicionais cargueiros, arrumados em fila por vezes longa, eram conduzidos por tropeiros.

E' por demais sabido que o local de reunião e arranchamento dos cargueiros e respectivos tropeiros, em Campinas, desde os tempos da Vila de São Carlos, era o Largo da Santa Cruz, à boca do caminho do sertão, onde, por sinal, o governo da Província fizera construir um rancho.

O PREÇO DOS TRANSPORTES

A 14 de novembro de 1854, a Câmara Municipal de Campinas, presidida por Antonio Francisco do Amaral Gurgel (avô de Leopoldo Amaral), reuniu-se extraordinariamente, com a presença dos demais vereadores, João Martins de Azevedo, Diogo Benedito dos Santos Prado, Francisco Barreto de Souza, Miguel Caetano Alves Fragoso e Luiz Nogueira Ferraz.

Motivou essa sessão extraordinária da Edilidade Campineira, convocada por Amaral Gurgel, uma Portaria do Presidente da Província de São Paulo, solicitando com urgência informações sobre o preço em vigor dos transportes do café em grão de Campinas a Santos e mais as despesas com a barreira fiscal na cidade paulista, e qual o custo de transporte de cada arroba de artigos importados, de Santos para esta localidade.

Encaminhada a referida Portaria à Comissão de Offícios, da Câmara, voltou a plenário com o parecer de que respondesse a Presidência ao Governo Provincial, informando o seguinte:

— Pelo transporte de Campinas a Santos, eram pagos, por arroba de café, 800 réis, prevendo-se, no entanto, majoração dessa importância, no princípio da safra. Quanto ao preço cobrado para o transporte de cada arroba de artigos importados, de Santos a Campinas, ia de 1.000 réis para mais, isto porque desde o ano findo de 1853, estava se pagando 8.000 réis por animal de transporte, procedente de Santos, carregando uma besta, em tais viagens, no máximo oito arrobas e no mínimo cinco arrobas. A semelhante despesa, deveria acrescentar-se a taxa de 200 réis de barreira fiscal, em Santos, quer de ida e quer de volta, tanto para o café como para qualquer outro gênero.

MARTINS AZEVEDO

Antes que o plenário se manifestasse sobre o parecer da Comissão de Offícios, a respeito da Portaria do Presidente da Província, o vereador João Martins de Azevedo apresentou à Mesa uma indicação, relacionada ao mesmo assunto e sugerindo um meio de se baratear o transporte de mercadorias.

Em linhas gerais, indicou o vereador Martins Azevedo que a Câmara, ao responder a Portaria, solicitasse ao Governo da Província tomar na devida consideração toda e qualquer proposta que se lhe oferecesse para o rasçamento de uma estrada de carros de bois, de Campinas a Santos. Ao ver do autor da proposição, uma tal estrada não era incompatível com os interesses da Província, de vez que se haviam elevado a exorbitâncias os transportes daqui para o litoral e mais caros ainda os de lá para cá, sem nenhuma esperança de baixa.

Tanto o parecer da Comissão de Offícios como a indicação do vereador Martins Azevedo mereceram aprovação, valendo-se a Câmara Municipal de ambos para a redação do ofício próprio ao Presidente da Província.

IMPRECISA A RESPOSTA DO GOVERNO PROVINCIAL

Do citado ofício da Municipalidade Campineira, semanas após chegava resposta do Governo Provincial, cujos termos foram conhecidos em nova sessão extraordinária da Câmara, realizada a 13 de dezembro de 1854.

Pelo que deduzimos das anotações em ata redigida pelo secretário Francisco de Assis Santos Prado, o Presidente da Província foi vago e impreciso em sua resposta aos nossos edis: limitou-se a declarar sobre a sugerida estrada de carros de bois

que "o Governo não cessava de procurar meios de melhorar as estradas" por estas bandas, quando em verdade não havia nenhuma estrada...

A papelada da Portaria Governamental e mais o officio acabaram sendo arquivados.

A margem dessa troca de correspondencia entre Campinas e São Paulo, focalizando o problema do transporte caro, em meados do século passado, a mesma ata da sessão extraordinária de Câmara de 13 de dezembro de 1854, nos informou sobre o seguinte: Dera entrada um requerimento do cidadão Angelo Custódio Teixeira Nogueira, solicitando a atenção da Presidencia da Provincia e bem assim da Edilidade Campineira, para uma picada por ele, requerente, aberta aí algures, e que afirmava ser melhor que qualquer outra picada existente.

Talvez se tratasse de um caminho municipal. Infelizmente, porém, o secretário Santos Prado não precisou o seu traçado e localização, registrando tão somente que a Câmara prometera vistoriar a picada. Também poderia ter sido um esboço de estrada de Campinas a São Paulo ou até Jundiá. O que convem frisar é que, antes da Guerra do Paraguai, as picadas eram sumamente importantes no interior da Provincia, para os tropeiros e viajantes em geral. (J. Mariano)

